



Jornal do Simesp

Nº 13 • Publicação mensal do Simesp Sindicato dos Médicos de São Paulo • Junho | 2016

Pág. 3

Médicos do Estado sofrem com salário e carreira ruins

Precarização do trabalho na rede pública estadual tem sobrecarregado profissionais e prejudicado atendimento, chegando, inclusive, a fechar portas de prontos-socorros



Pág. 4

Discussão

Profissionais garantem mesa de negociação permanente com a SPDM para discutir problemas decorrentes da troca de gestão das Unidades Básicas de Saúde do Butantã

Pág. 5

Coletivo

Novas cláusulas marcam pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2016 do setor privado, que inclui os médicos que trabalham para instituições filantrópicas e OSS

Pág. 5

Crise no HU

Em greve desde 30 de maio, movimento ganha apoio do Cremesp. Na tentativa de buscar soluções, Ministério Público Estadual faz reuniões setorizadas

Estado de descaso

Diretoria do Simesp

Há tempos noticiamos que a rede pública estadual passa por grave crise. Os serviços de alta complexidade, responsabilidade do governador Geraldo Alckmin, pouco a pouco vão se desmantelando, perdendo financiamento e qualidade.

O Estado perde especialistas gabaritados por não valorizá-los. Não é justo permanecer três anos sem qualquer tipo de reajuste salarial. Nem reposição inflacionária é paga. A tão alardeada carreira médica, que prometia, à época do seu anúncio, valorização, mostrou-se ineficaz para manter o quadro funcional adequado.

A realidade é triste: precárias condições de trabalho, faltam insumos, equipamentos, leitos, pessoal... E sobram filas, pacientes clamando por cuidados.

No ano passado, o governo chegou a publicar decreto proibindo convocação de concursados. O Conjunto Hospitalar do Mandaqui e o Hospital Infantil Cândido Fontoura sentiram o baque e foram obrigados a fechar as portas de seus prontos-socorros.

Para tratar desses e outros problemas, o Simesp conseguiu agendar audiência com o secretário de Estado da Saúde de São Paulo, David Uip, que seria rea-

lizada em 6 de julho. O resultado desse encontro será divulgado em nossas mídias.

E é com vontade de continuar trabalhando e lutando por melhorias que anunciamos o início da *Campanha Salarial 2016* do setor privado. São contemplados nesta convenção os colegas que trabalham para instituições filantrópicas e organizações sociais, cerca de 15 mil postos de trabalho.

Há dois anos a diretoria do Simesp — por meio de intensa negociação e intermediação do Ministério do Trabalho e Emprego — tem garantido reajuste integral aos médicos do setor. Acabamos com a prática de fracionamento do percentual, que subtraía ano a ano o poder de compra do médico.

Para esta *Campanha*, nossa determinação se mantém. E mais: ampliamos as reivindicações incluindo cláusulas importantes como a licença-paternidade de 20 dias e a criação de um Foro Conciliatório, uma instância para solução de conflitos trabalhistas.

Estamos animados e vigilantes, e contamos com o envolvimento de todos os colegas, pois uma *Campanha Salarial* só se fortalece com a participação maciça de seus envolvidos.



“Queremos ajudar a resolver a questão e nos envolvermos nas conversações dos representantes do HU-USP com o Ministério Público.”

Mauro Aranha, presidente do Cremesp, sobre a crise do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo
7 de junho – Site do Cremesp

“A falta de médicos está gerando uma condição de trabalho insustentável para aqueles que ficaram e tentam manter o atendimento à população. Chegamos ao ponto de termos médicos que pedem demissão espontaneamente por conta disso.”

Gerson Salvador, secretário de Comunicação e Imprensa do Simesp, sobre o déficit de profissionais no Hospital Universitário da USP
1º de junho – Portal da FMB

“A nossa reivindicação é para contratar profissionais suficientes para o pleno funcionamento do hospital.”

Gerson Salvador, secretário de Comunicação e Imprensa do Simesp, sobre os problemas no HU
24 de maio – O Estado de S. Paulo



SIMESP
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente
Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral
Denize Ornelas P. S. de Oliveira
Comunicação e Imprensa
Gerson Salvador
Administração
Ederli M. A. Grimaldi de Carvalho
Finanças
Juliana Salles de Carvalho
Assuntos Jurídicos
Gerson Mazzucato
Formação Sindical e Sindicalização
Marly A. L. Alonso Mazzucato
Relações do Trabalho
José Erivalder Guimarães de Oliveira
Relações Sindicais e Associativas
Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor
Gerson Salvador
Editores-chefe e redação
Ivone Silva
Reportagem e revisão
Adriana Cardoso
Leonardo Gomes Nogueira
Nádia Machado
Fotos
Osmar Bustos
Relações-Públicas
Juliana Carla Ponceano Moreira
Ilustração
Célio Luigi
Redação e administração
Rua Maria Paula, 78, 3º andar

01319-000 – SP – Fone: (11) 3292-9147
imprensa@simesp.org.br
www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO
Med Idea - Design para médicos
Oscar Freire, 2189, Pinheiros
São Paulo/SP 05409-011
Fone: (11) 99897-8787
contato@medidea.com.br
www.medidea.com.br
Editor de Arte e diagramação
Igor Bittencourt

Tiragem: 14 mil exemplares
Circulação: Estado de São Paulo

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.br

Rede estadual deixa médico sobrecarregado

Para conter despesas, no ano passado o governo do Estado proibiu o chamamento de concursados e a realização de novos concursos

Adriana Cardoso



Más condições de trabalho, perspectivas salariais ruins e falta de concursos públicos. Estes são os elementos da equação cujo resultado é um gargalo no número de médicos na rede pública estadual, que chegou a provocar o fechamento de prontos-socorros e leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), o que foi amplamente denunciado pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) ao longo do primeiro semestre deste ano.

O déficit foi escancarado especialmente em abril, quando um surto de H1N1 levou muitos pacientes a buscarem atendimento na rede estadual, uma vez que a municipal também não dispunha de pediatras em número suficiente.

Problemas desse tipo foram registrados, por exemplo, no Conjunto Hospitalar do Mandaquí, na zona norte da cidade, e no Hospital Infantil Cândido Fontoura, na zona leste. Essas unidades não deram conta do crescimento da demanda e se

viram forçadas a fechar as portas de seus prontos-socorros.

“Em 2015, o Governo do Estado de São Paulo reduziu em pelo menos a metade o chamamento de profissionais concursados. Outro problema é que alguns convocados nem querem assumir, pois a carreira oferecida é muito ruim”, pontua o presidente do Simesp, Eder Gatti.

O presidente do Simesp também atribui a falta de médicos a um decreto publicado pelo governo no ano passado, proibindo o chamamento de concursados, bem como a realização de novos concursos para conter despesas.

“Porém, de lá para cá ocorreram algumas contratações, mas na base da pressão, da necessidade extrema, pois alguns serviços se viram inviabilizados devido à falta de médicos”, aponta Gatti.

Foi o que ocorreu, por exemplo, no Hospital Emílio Ribas, na zona oeste. Depois da bem-sucedida greve de residentes

em dezembro passado, o governo liberou o chamamento de quatro nefrologistas aprovados em concurso.

Estudo

A Demografia Médica do Brasil 2015, pesquisa feita pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp-SP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM), mostra que há uma carência de médicos na rede pública do país como um todo. O Brasil tem mais médicos atuando exclusivamente no setor privado (26,9%) que no público (21,6%), enquanto 51,5% trabalham nos dois.

O estudo também aponta que a disponibilidade de médicos na rede privada é três vezes maior do que na rede pública. Apenas 25% da população brasileira tem convênio médico, enquanto 75% dependem do SUS.

“O Estado paga menos que as organizações sociais e muito mais abaixo que o setor privado. A situação se torna ainda mais

crítica pois, como os serviços do Estado são de alta complexidade, estamos falando de especialistas. Por causa do salário ruim e da péssima carreira oferecida, o Estado acaba perdendo profissionais altamente qualificados para a rede privada”, lamenta Gatti, lembrando ainda que os profissionais da rede pública paulista estão há três anos sem reajuste.

Campanha Salarial do Estado

Reajuste salarial de 25% e repúdio ao Projeto de Lei Complementar 257/2016 (lei da carreira médica). Estes são alguns pontos incluídos na pauta que compõe a Campanha Salarial do Estado.

Uma das reivindicações era discutir os problemas da categoria com o secretário de Estado da Saúde, David Uip. O Simesp conseguiu agendar uma audiência com Uip para o dia 6 de julho. O resultado desse encontro será divulgado em nossas mídias.

Regional apresenta pauta de reivindicações



> Secretário-chefe da Casa Civil de SP recebe diretoria do Simesp

Contra a precarização de vínculos empregatícios que normalmente pautam as relações trabalhistas entre médicos e organizações sociais (OSs), pela adequação e aprimoramento da carreira médica do Estado de São Paulo e pela defesa da criação de uma carreira médica federal. Estes foram temas levados pelo presidente da regional do Vale do Ribeira do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Bruno Lima Grossi, pela tesoureira Elenice Leme Larsen, e pelo delegado sindical Kassem Ali Hamad ao deputado federal licenciado e atual secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, Samuel Moreira da Silva Júnior. Eles se reuniram no dia 28 de maio, no escritório do deputado, em Registro (SP), para entregar a pauta de reivindicações da categoria.

“Há excesso de organizações sociais e outras instituições que intermediam a prestação de serviços médicos, a maioria delas sem estabelecimento de contratos, o que prejudica não somente os vínculos trabalhistas, mas também o atendimento adequado à população”, diz o presidente da regional.

Na pauta, eles também pedem adequações no plano de carreira médica do Estado de São Paulo, que é pouco atrativo e há três anos acumula perdas salariais, entre outros itens.

De acordo com o presidente da regional, o secretário-chefe da Casa Civil mostrou-se atento às reivindicações, apoiando a participação ativa da categoria médica nos ambientes de discussão das políticas públicas e a atuação firme do Sindicato frente às irregularidades apontadas.

Visita



> A regional de Assis do Simesp recebeu a visita do advogado Casemiro Narbutis Filho, que trabalha na sede do Sindicato, em São Paulo. Narbutis também esteve na cidade de Palmital, onde atuou em um processo exitoso.

Mesa de negociação permanente com a SPDM

A Associação para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), organização social (OS) gestora das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do Butantã, zona oeste da cidade, aceitou manter uma mesa de negociação permanente com os médicos da região para discutir os problemas inerentes à troca de comando na gestão das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

O acordo foi estabelecido durante reunião realizada no dia 6 de junho, na UBS Peri-Peri, naquela região, quando os médicos levaram aos representantes da SPDM uma pauta de reivindicações.

“A implantação de uma mesa permanente de negociação permite a manutenção do diálogo entre o gestor e os mé-

dicos, o que, creio eu, é extremamente importante. A reunião foi bastante proveitosa no sentido de que a SPDM ouviu nossas reivindicações e aceitou discuti-las conjuntamente com os profissionais”, disse o delegado do Simesp Bruno Takase Watanabe.

Para o secretário de Relações do Trabalho do Simesp, José Erivalder Guimarães de Oliveira, “a mesa de negociação permanente é um instrumento de gestão moderno e democrático, que propicia a resolução de conflitos trabalhistas por meio do diálogo”.

A superintendência da SPDM comprometeu-se a levar as demandas para as áreas técnicas responsáveis da Secretaria Municipal de Saúde.

Legistas

Amlesp elege nova diretoria para o triênio 2016-2019

A Associação dos Médicos Legistas do Estado de São Paulo (Amlesp) elegeu, no mês de maio, a diretoria para o triênio 2016-2019. Com chapa única, a eleição manteve no cargo de presidente o médico João Roberto Oba, e no de vice, Luiz Frederico Hoppe.

A direção também é composta por Antonio Miguel Moreira Pires D'Avila (primeiro secretário), Lino Cerveira da Silva (segundo secretário), Marcus Vinícius Baptista (primeiro tesoureiro), Hideaki Kawata (segundo tesoureiro) e Rita de Cássia Bomfim Lei-

tão Higa (diretora social e científica). Foi eleito como representante do interior Aron Wajngarten.

Os principais desafios da gestão são lutar pela contratação dos aprovados no concurso público realizado em 2013, cuja maioria ainda não foi convocada sob alegação de falta de recursos por parte do Governo do Estado de São Paulo. Há uma carência de mais de 300 médicos no Instituto Médico Legal de São Paulo (IML-SP). Em abril passado, apenas 35 dos 140 aprovados no certame foram convocados.

Categoria dá início à campanha salarial

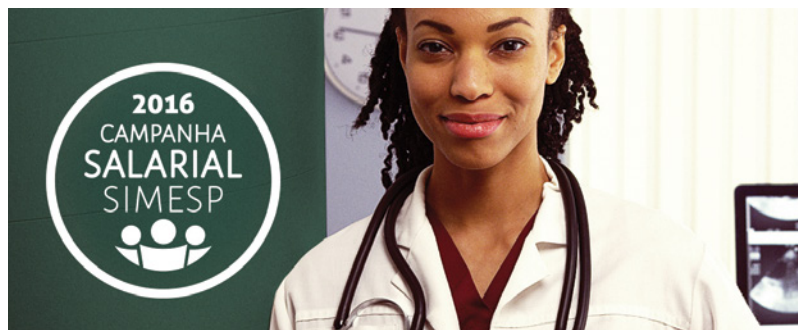
Os médicos do setor privado (que trabalham para instituições filantrópicas e organizações sociais) deram início à *Campanha Salarial 2016* em assembleia realizada no dia 13 de junho na sede do Simesp. Com data-base em setembro, a categoria aprovou a pauta de reivindicações que pede correção salarial de 15% e piso de R\$ 13 mil para jornada de 20 horas semanais.

Pertencem ao setor privado os médicos com vínculo empregatício com hospitais privados, clínicas, laboratórios, empresas de medicina de grupo, santas casas de misericórdia, organi-

zações sociais e/ou instituições filantrópicas de saúde.

Neste ano, diversas cláusulas foram incluídas na pauta de reivindicações, como licença-paternidade de 20 dias consecutivos após o nascimento de filho; estabilidade para os médicos designados como delegados sindicais nos termos do estatuto social do Simesp; indenização adicional de 15 dias para o médico demitido sem justa causa que tenha, no mínimo, 50 anos de idade e um ano de serviço na empresa.

O empregador que atrasar a homologação das rescisões con-



> Selo criado pelo Simesp para a Campanha Salarial 2016 do setor privado

tratuais (devem ser realizadas em até 30 dias após a demissão) deverá pagar multa de 10% sobre o salário do trabalhador até o limite de 90 dias.

Para o coordenador do departamento Jurídico do Sindicato, José Carlos Callegari, outra importante cláusula incluída nas reivindicações é o Foro Conciliatório. “Seria uma instância de solução de conflitos coletivos trabalhistas entre o Simesp e os

sindicatos patronais, com objetivo de tentar resolver as divergências entre as empresas e seus médicos”, explica.

O departamento Jurídico do Simesp enviará a pauta aos sindicatos patronais — Sindhosp, Sindhclor, Sinamge, Sindhosfil-São Paulo, Sindhosfil-Vale do Paraíba e Sindhosfil-Ribeirão Preto, Sindhosfil-Baixada Santista, Litoral Norte e Sul — formalizando o início das negociações.

Crise HU

Médicos seguem em greve



> Promotoria da saúde reúne os diversos setores para discutir alternativas

A greve dos médicos e funcionários do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP) ganhou, nas últimas semanas, apoio importante do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp). O compromisso foi firmado pelo presidente do órgão, Mauro Aranha, que esteve reunido na sede do conselho com o secretário de Comunicação

e Imprensa do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Gerson Salvador, o secretário de Relações Sindicais e Associativas da entidade, Otelo Chino Júnior, e a delegada do Sindicato Ana Lúcia Sasaki.

Em greve desde 30 de maio, os médicos reivindicam contratações de profissionais (há um déficit de 213) e lutam contra o projeto da reitoria que prevê, entre outros pontos, a

desvinculação do HU da Faculdade de Medicina da USP, o que traria enormes prejuízos ao ensino e a toda a população do entorno que utiliza a unidade.

Na tentativa de buscar soluções à crise do HU, o promotor Arthur Pinto Filho, do Ministério Público Estadual de São Paulo, vai fazer reuniões setorializadas. Ele pretende se reunir com representantes da reitoria da USP e das secretarias municipal e estadual de Saúde.

No dia 21 de junho, o promotor reuniu-se com lideranças do movimento médico, além de representantes do Ministério Público, da USP, do HU, e de funcionários e estudantes da universidade, quando discutiram a crise do hospital. O presidente do Simesp, Eder Gatti, e o secretário de Comunicação e Imprensa da entidade também participaram.

“A ideia é buscar mecanismos junto a todas as esferas governamentais visando concluir

as negociações para ampliar o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) para custeio do HU, com a contrapartida de contratações e abertura de leitos via USP”, diz o secretário do Simesp.

A crise no HU piorou com o plano de demissão voluntária instituído pela reitoria, que acabou gerando um déficit de 2013 funcionários no hospital. Um quarto dos leitos está inativo devido à falta de trabalhadores.

Abaixo-assinado

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) disponibiliza em seu site o *Manifesto em Defesa do Hospital Universitário da USP*, que será encaminhado para a reitoria e o conselho universitário da USP, Governo do Estado de São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Promotoria de Justiça de Direitos Humanos — Área de Saúde.

“O HU vive o seu pior momento”

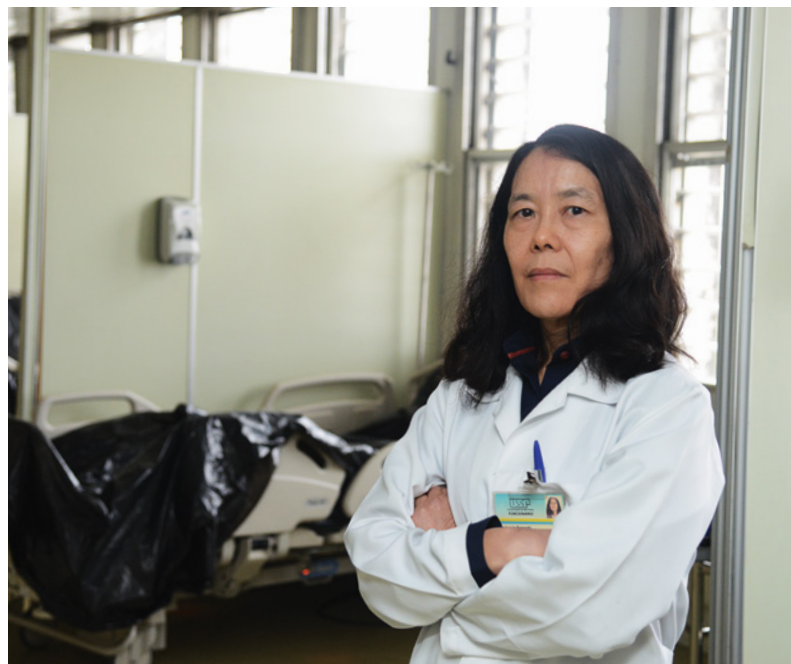
Adriana Cardoso

A nefrologista Ana Lúcia Sasaki, 50 anos, conhece a realidade do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP) como poucos. Com 25 anos de casa, ela é bastante peremptória quando avalia a situação periclitante pela qual atravessa a unidade hospitalar desde 2014. “Nesse período em que estou aqui, com certeza este é o pior momento do HU. Eu diria que é um momento criminoso, do qual a universidade como um todo tinha que se envergonhar”, critica categoricamente.

A vergonha, segunda ela, tem nome: o reitor Marco Antonio Zago — que é médico hema-

tologista — e seu projeto de desmantelamento da universidade e, especialmente, do HU. Para a médica, aqueles que o colocaram no poder estão sendo “coniventes com um criminoso”.

“O projeto (de desmonte) começou lá atrás, quando o reitor, assim que assumiu (em 2013), deixou claro o que pensa dos funcionários do HU: que somos um bando de marajás. Ele quis desvincular o HU da USP e, como o projeto (ainda) não deu certo, lançou o PIDV (Programa de Incentivo à Demissão Voluntária), que fez com que o HU perdesse 213 profissionais e fosse obrigado a fechar leitos”, pontua.



> “A universidade precisa acordar para a sua função”, diz Ana Lúcia

Bastante atuante na defesa do HU, Ana Lúcia tem participado de todos os atos que vêm sendo realizados por alunos e demais funcionários da USP para chamar a atenção da população para a crise.

“A universidade precisa acordar para a sua função. O HU é

um hospital regional, onde os alunos vão aprender a se transformarem em bons médicos. Estar ligado a uma universidade é o que faz seu diferencial, não só em termos de formação como de pesquisa. Por essa razão, o nosso contato com a comunidade é muito importante”, afirma.

Jurídico Responde

Relação de trabalho ou relação de emprego?

Muitos médicos procuram orientação jurídica para confirmar se existe ou não vínculo empregatício com seus contratantes. A advogada do Simesp Mariana Salinas Serrano trata dos principais pontos da questão

O que caracteriza uma relação de emprego?

São quatro os requisitos para configuração do vínculo empregatício, sendo indispensável a presença de todos para formação do liame jurídico. A pessoalidade: indica que o serviço é contratado em relação ao profissional, que não poderá ser substituído por outro médico ao longo do contrato, exceto em casos de afastamento legal ou consentido pelo empregador. A onerosidade: demanda que o

serviço seja pago. A não eventualidade: exige que a relação de trabalho tenha uma permanência, ainda que por um curto período de tempo. Ou seja, que o trabalho deve ser habitual, não podendo ser apenas esporádico. É importante ressaltar que há habitualidade no trabalho prestado uma vez por semana ou mesmo quinzenalmente. Por último, temos a subordinação: significa estar sob o comando de alguém, respeitando uma determinada hierarquia.



Célio Luígi

Caracteriza-se, dentre diversos fatores, pelo controle da agenda do profissional, de seus planos ou de seu horário de trabalho. Ainda, pela exigência de padronização ou estipulação de metas para os atendimentos.

Mesmo sem carteira assinada, ou com PJ constituída, é possível cobrar direitos?

Sim. Para a caracterização da relação de emprego, é necessária

presença desses quatro elementos. Desta forma, independentemente da formalidade, havendo registro ou não, contrato de pessoa jurídica ou não, estando presentes os requisitos, o médico é empregado, o que pode ser reconhecido perante a Justiça do Trabalho.

Leia em nosso portal a íntegra do artigo de Mariana Salinas Serrano, advogada do Simesp <http://goo.gl/kYFmmb>

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: imprensa@simesp.org.br <



“Ninguém vai para a rua por acaso”

Há dois anos e meio, a médica sanitária Carolina Chaccur Abou Jamra, 38 anos, trabalha no projeto Consultório na Rua, instituído pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, e que está sob o guarda-chuva da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Sobre o trabalho de atenção básica à população de rua da capital, a médica, que faz especialização em psiquiatria, diz que aprendeu, principalmente, a não julgar e apostar nos bons encontros

Adriana Cardoso

Como é feita a abordagem em seu trabalho?

A equipe consiste em um médico, uma enfermeira, uma assistente social, um psicólogo, dois técnicos de enfermagem, dois agentes sociais e oito agentes comunitários de saúde. É uma equipe ampliada em relação à preconizada pelo Ministério da Saúde porque somos referenciados a um território correspondente a sete Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Fazemos a abordagem na rua mesmo e, se a situação da pessoa é de maior vulnerabilidade, fazemos a consulta ali mesmo, até que ela consiga investir em seu autocuidado e frequentar as consultas na UBS. Além dis-

so, buscamos facilitar o acesso deles aos prontos-socorros, rede especializada de saúde, assistência social, trabalho ou alguma outra necessidade. A receptividade é super boa e abordamos todo mundo, mesmo quem não está visivelmente doente.

No inverno, a situação dessa população piora muito, e alguns chegam a morrer. Eles resistem mesmo a ir para abrigos?

Complica muito, especialmente os transtornos respiratórios. Aumentam os casos de pneumonia, asma, bronquite entre outros. Há casos também de hipotermia, como recentemente houve a notícia de cinco mortes (em junho, cinco moradores de rua no Centro morreram por causa do frio). Muitas vezes

eles recusam a vaga de pernoite em centro de acolhida porque não sabem para onde serão levados e, algumas vezes, esses locais são distantes de onde costumam passar o dia, o que dificulta o retorno quando não possuem dinheiro para o transporte. Também alegam não se adaptar aos centros, não querem cumprir as regras ou têm dificuldades no convívio com outras pessoas naquelas condições. Outro ponto é que, na rua, muitas vezes eles têm seus locais de preferência, pontos estratégicos onde podem pedir dinheiro, fazer “bicos” e as regras da rua são muito perversas. Se eles saem desses locais, outro vem e lhes toma o lugar. Mas existem muitas justificativas para essa resistência.

O que esse trabalho agregou a você, seja no aspecto pessoal ou profissional?

O foco desse trabalho está muito no olhar para aquele sujeito, pois ninguém vai para a rua por acaso. Tenho aprendido a não julgar e trabalhar os meus próprios preconceitos. Quando existe uma aposta genuína no outro, ele responde. O nosso preconceito, principalmente voltado àqueles com dependência química, às vezes afasta a construção de algo novo. O maior aprendizado é se colocar o tempo todo em questionamento, estar aberto ao outro, escutá-lo, ser acolhedor, lidar com a sua potencialidade e não apenas com a sua parte doente.

É mais tranquilo exercer a Medicina quando estamos seguros

Condições especiais para os associados Simesp

- + Seguro de Responsabilidade Civil Profissional
- + Seguro de Diária por Incapacidade Temporária
- + Seguro para Clínicas e Consultórios
- + Seguro de Vida e Acidentes Pessoais
- + Seguro Residencial e Casa de Veraneio
- + Seguro de Equipamentos Portáteis
- + Seguro de Automóveis
- + Seguro de Viagens

SIMESP  SEGUROS

Cotações e Dúvidas
simesp.org.br/simesp+



Centro Cultural São Paulo

Conheça um dos primeiros espaços culturais multidisciplinares do país e que abriga a segunda maior biblioteca pública da capital paulista

Leonardo Gomes Nogueira



> No CCSP tem dança, música, exposição, teatro. Mas as bibliotecas são os espaços mais disputados

O teto verde (ou jardim suspenso) é apenas um dos vários espaços e pavimentos de convivência dos 46.500 metros quadrados do Centro Cultural São Paulo (CCSP). Inaugurado em 13 de maio de 1982, o CCSP, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, se transformaria em um dos primeiros espaços culturais multidisciplinares do Brasil.

Os espaços mais frequentados, de acordo com o site da instituição, são as bibliotecas que reúnem cerca de 120 mil livros e documentos. Entre elas, explica o site, “a Sérgio Milliet, segunda maior biblioteca pública da cidade de São Paulo” e que fica aberta aos domingos e feriados.

Outro exemplo é a Gibiteca Henfil. “Coleção com mais de 10 mil títulos entre álbuns de quadrinhos, gibis, periódicos e livros sobre HQ. Sua programação diversificada, envolvendo oficinas, palestras, exposições, exibição de filmes e jogos, atrai fãs e profissionais da área”, informa a página do CCSP.

A maior parte da programação do Centro Cultural, que inclui, entre outros, espetáculos de dança, teatro, música e oficinas sobre os mais variados temas, é gratuita ou tem preços bastante acessíveis.

O CCSP abre de terça a domingo. Mas recomenda-se, antes de sair de casa, olhar a programação no site: www.centrocultural.sp.gov.br. Afinal, com exceção dos espaços de livre convivência, determinados serviços possuem algumas restrições de uso (a depender do dia e horário).

No site da instituição, há uma área chamada “Coleções”. Ela oferece informações sobre o acervo que o visitante pode encontrar no local. Para pesquisadores e curiosos:

- Coleção de Arte da Cidade (que reúne o acervo da antiga Pinacoteca Municipal);

- Discoteca Oneyda Alvarenga (centro de informação sobre música);

- Missão de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade (“encantador projeto do artista e pensador brasileiro que gerou um extenso acervo de docu-

mentos, objetos, fonogramas, filmes e fotografias sobre a cultura nacional”, explica o site);

- Arquivo Multimeios (espaço que abriga, continua o site, “mais de 900 mil documentos referentes a diversos gêneros de manifestações da arte brasileira contemporânea”);

- Núcleo Memória do CCSP (que organiza o registro de fatos importantes ocorridos na instituição desde a sua inauguração em 1982).

Todo ano, de tempos em tempos, o Centro Cultural abre editais, nas mais variadas áreas, como dança, cinema e dramaturgia, para que qualquer pessoa ou grupo possa usar o espaço para manifestações artísticas. Pelo site é possível ver quais desses editais estão (ou não) com inscrições abertas.

Serviço

O Centro Cultural São Paulo fica na Rua Vergueiro, 1.000, próximo da estação Vergueiro do metrô. Horário de funcionamento: de terça a sexta das 10h às 20h, e sábados, domingos e feriados das 10h às 18h.



Mais cultura



Drive-in no Belas Artes

O Caixa Belas Artes, na famosa esquina da Paulista com a Consolação, ganhou no mês de junho uma sala com um novo conceito. A sala 3 virou um Drive-In, com cozinha montada a partir da carcaça de um trailer e poltronas que na verdade são bancos restaurados de carros como Dodge, Impala, Galaxie e Cadillac. A ideia da sala é repetir a experiência de como se a pessoa estivesse vendo filmes do sofá de casa. As receitas do bar serão as mesmas servidas pelo Riviera Bar, que fica em frente ao cinema.

Para os pequenos

O Sesc Interlagos apresenta, até 31 de julho, a peça Oceano, do grupo XPTO, voltada ao público infantil. O espetáculo, que viajou sete anos pelo Brasil, traz manipulação de bonecos e objetos de grandes dimensões, dando vida a seres marinhos como algas, corais, tubarão-martelo, atum e peixe-espada. As apresentações ocorrem de quarta a sexta, às 10h, 11h, 14h e 15h. Sábados, domingos e feriados: às 11h, 12h, 14h, 15h e 16h. Entrada: grátis. Não é necessário retirar ingresso antes. O Sesc Interlagos fica na Avenida Manuel Alvez Soares, 1.100.